

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE EVENTOS, SHOWS E FESTAS: PLANEJAMENTO, LEGALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

CRITÉRIOS TÉCNICOS E JURÍDICOS PARA ESCOLHER O MODELO CORRETO DE CONTRATAÇÃO



APRESENTAÇÃO

As contratações de eventos, shows e festas públicas envolvem alto risco jurídico, financeiro e reputacional para a Administração Pública.

Falhas no planejamento, na justificativa da contratação direta, na definição do objeto, na pesquisa de preços ou na execução contratual são recorrentemente apontadas pelos Tribunais de Contas.

Capacitar os participantes para planejar, estruturar e executar contratações públicas de eventos, shows e festividades com observância da Lei nº 14.133/2021, distinguindo corretamente as hipóteses de contratação direta de artistas renomados e o credenciamento de artistas locais, reduzindo riscos de nulidades, responsabilização e apontamentos dos órgãos de controle.

OBJETIVOS

Capacitar servidores públicos e profissionais que atuam nas contratações de eventos, shows e festas a planejar, estruturar e executar processos de contratação com segurança jurídica, eficiência e conformidade com a Lei nº 14.133/2021, desde a justificativa da demanda até a formalização e fiscalização contratual, prevenindo riscos, irregularidades e apontamentos dos órgãos de controle.

PÚBLICO-ALVO

- Agentes de contratação e pregoeiros
- Gestores e fiscais de contratos
- Secretários e assessores administrativos
- Procuradorias e assessorias jurídicas
- Servidores das áreas de cultura, turismo, eventos e comunicação
- Controladorias internas

DIFERENCIAL DO CURSO

- Linguagem prática e aplicada
- Checklist de contratação de eventos públicos
- Modelos orientativos de DFD e ETP
- Foco em redução de riscos e responsabilização
- Conteúdo totalmente alinhado à Lei nº 14.133/2021

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE EVENTOS, SHOWS E FESTAS: PLANEJAMENTO, LEGALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

CRITÉRIOS TÉCNICOS E JURÍDICOS PARA ESCOLHER O MODELO CORRETO DE CONTRATAÇÃO



PROFESSOR



LEANDRO MATSUMOTA

É advogado com escritório em Santos/SP e Brasília/DF, doutorando em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) – Brasília. Possui título de Mestre e Especialista na área. Atuou como Advogado-Geral do Município de Guarujá, em São Paulo, e possui ampla experiência acadêmica, sendo professor universitário e docente em cursos de Pós-graduação na Faculdade de Direito do Damásio, EBRADI, IDP e Escola Mineira de Direito. Além disso, é professor convidado da Universidade de Lisboa. É autor do Manual de Direito Administrativo (Editora Matrioska) e coautor da obra Desvendando o Estudo Técnico Preliminar (ETP) (Editora Mizuno).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 1 – Fundamentos Legais das Contratações de Eventos

- Enquadramento jurídico dos eventos públicos
- Aplicação da Lei nº 14.133/2021
- Diferença entre:
- Contratação de artistas
- Contratação de bandas
- Erros recorrentes nas contratações festivas
- Estrutura de eventos (palco, som, iluminação, segurança, etc.)
- Riscos mais comuns apontados pelos Tribunais de Contas

MÓDULO 2 – Planejamento da Contratação (ETP e DFD)

- Documento de Formalização da Demanda (DFD)
- Estudo Técnico Preliminar (ETP):
- Quando é obrigatório
- Como justificar o evento como interesse público
- Definição correta do objeto
- Principais desafios do planejamento para a contratação de artistas

MÓDULO 3 – Modalidades de Contratação e Fundamentação

- Licitação x Contratação Direta
- Inexigibilidade para contratação de artistas:
- Consagração pela crítica ou opinião pública
- Exclusividade do empresário
- Dispensa: quando é possível ?
- Fundamentação jurídica adequada

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE EVENTOS, SHOWS E FESTAS:

PLANEJAMENTO, LEGALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

CRITÉRIOS TÉCNICOS E JURÍDICOS PARA ESCOLHER O MODELO CORRETO DE CONTRATAÇÃO



- Documentos essenciais do processo

3.1 Contratação direta de artista renomado (inexigibilidade)

- Fundamento legal da inexigibilidade na Lei nº 14.133/2021
- Conceito de artista consagrado pela crítica especializada ou opinião pública
- Diferença entre notoriedade artística e preferência pessoal do gestor
- Prova da consagração e da exclusividade
- Contratação por empresário exclusivo x intermediário
- Jurisprudência dos Tribunais de Contas: limites e exigências
- Principais causas de rejeição da inexigibilidade

3.2 Credenciamento de artistas locais

- Conceito e natureza jurídica do credenciamento
- Credenciamento como instrumento de isonomia, fomento cultural e transparência
- Quando o credenciamento é juridicamente adequado
- Estruturação do edital de credenciamento
- Critérios objetivos de seleção e contratação
- Pagamento por apresentação e controle da execução
- Vantagens e riscos do credenciamento mal estruturado

3.3 Diferenças essenciais entre as duas formas de contratação

- Inexigibilidade x credenciamento: pressupostos jurídicos distintos
- Riscos de confusão entre os institutos
- Impactos no controle externo e na responsabilização do gestor
- Boas práticas para escolha do modelo adequado

MÓDULO 4 – Pesquisa de Preços e Orçamentação

- Como pesquisar preços de shows e eventos
- Fontes válidas de pesquisa
- Cachê artístico x custos operacionais
- Composição do valor total do evento
- Riscos de sobrepreço e superfaturamento

MÓDULO 5 – Jurisprudência e Casos Práticos

- Decisões dos Tribunais de Contas sobre festas públicas
- Casos reais de:
 - Irregularidades
 - Responsabilização de gestores
- Checklist prático para evitar apontamentos

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE EVENTOS, SHOWS E FESTAS: PLANEJAMENTO, LEGALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

CRITÉRIOS TÉCNICOS E JURÍDICOS PARA ESCOLHER O MODELO CORRETO DE CONTRATAÇÃO



PROGRAMAÇÃO GERAL



22 de abril
de 2026



das 8:30 às 12:30
(horário de Brasília)



4 horas de
capacitação



Possibilidade de rever
as aulas gravadas

NÃO PERCA MAIS TEMPO! PARTICIPE JÁ!

Entre em contato conosco e conheça nossos
planos diferenciados para maior número de acessos

R\$ 497,00
por pessoa

INCLUSO NESTE PACOTE

Apostila digital com o conteúdo ministrado, certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional digital e Possibilidade de rever as aulas gravadas por 30 dias.

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVE EVENTOS E TREINAMENTOS LTDA** com o CNPJ nº **60.310.783/0001-31**.



Banco do Brasil
Agência: 1443-5
C/C: 53725-X ou 53725-0

*** Condições:** O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.

Cada link/senha de acesso à sala de aula virtual é exclusivo do aluno participante - não poderá ser compartilhado com terceiros. Também fica proibida a captação de som e imagens da aula e seu compartilhamento por quaisquer meios ou mídias.

*** Requisitos para uma boa experiência com o curso:** - Computador: Processador i3 - 3Ghz - Memória: 4GB RAM - Browser: Chrome ou Internet Explorer - Banda larga: 3 Mega - conexão via cabo (preferencialmente) ou wi-fi.

A Inove Soluções em Capacitação não se responsabiliza por falhas e problemas de conexão dos equipamentos utilizados pelo usuário.